

HABEAS CORPUS Nº 568.031 - SP (2020/0072819-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : GISLAINE DE OLIVEIRA
ADVOGADO : GISLAINE DE OLIVEIRA - SP172064
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANIELA FURQUIM CAMARGOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **DANIELA FURQUIM CAMARGO**, contra decisão do relator, que indeferiu a medida liminar na origem.

Consta nos autos que a paciente teve sua prisão preventiva decretada pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 16 e 17 da Lei 10.826/03, na forma do art. 29 e 69 do Código Penal, após investigações que deflagaram a Operação Serendib.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, tendo sido indeferido o pleito liminar. (e-STJ, fls. 150-151)

Neste *writ*, a impetrante alega, em síntese, que o decreto preventivo possui fundamentação inidônea.

Sustenta, ainda, que a paciente é mãe de um menor de 5 anos de idade que necessita dos seus cuidados exclusivos.

Requer, assim, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva da paciente, ou a sua substituição por medidas cautelares ou sua colocação da paciente em prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. INEXISTÊNCIA. INDEFERIMENTO DE PEDIDO LIMINAR NA ORIGEM. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

II - Não se admite, em princípio, a impetração de *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar em *writ* impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância

(Súmula n. 691 do STF), ressalvadas as decisões teratológicas ou com deficiência de fundamentação.

III - *In casu*, o impetrante se insurge contra a determinação de execução provisória da pena privativa de liberdade, após esgotadas as instâncias ordinárias. Não se verifica, portanto, a ocorrência de flagrante ilegalidade capaz de determinar o conhecimento da impetração, em afronta ao disposto na Súmula 691 do STF.

Agravo regimental desprovido"

(AgRg no HC 438.735/MA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 27/3/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ÓBICE DA SÚMULA 691 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não viola o princípio da colegialidade a decisão monocrática que se ampara no art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 (aplicável ao caso, por força do disposto no art. 3º do Código de Processo Penal) e no art. 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal.

2. Nos termos do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, 'não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de 'habeas corpus' impetrado contra decisão do relator que, em 'habeas corpus' requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar'.

3. A leitura da decisão monocrática impugnada na inicial (sentença condenatória) não evidencia, de pronto, a presença de alguma excepcionalidade, de flagrante ilegalidade ou de abuso de poder que justifique o afastamento da orientação contida na referida súmula.

Isso porque o Juiz sentenciante afirmou ser o acusado possuidor de maus antecedentes e reincidente específico, razões pelas quais afastou a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, fixou o regime inicial fechado e negou o direito de recorrer em liberdade (para o fim de garantir-se a ordem pública).

4. Agravo regimental não provido"

(AgRg no HC 435.454/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 12/4/2018).

No caso dos autos, não se verifica a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada, de modo a justificar o processamento da presente ordem, na medida em que consignou que:

"2) Consta que, através de interceptações telefônicas realizadas na operação SERENDIB, foram obtidas mensagens a partir do celular de DANIELA, sendo possível apurar a existência de núcleo criminoso formado entre Éverton, falecido marido da paciente e membro do PCC, e os corréus, os quais a auxiliaram na recuperação e no comércio de fuzis militares deixados por Éverton. Diante disso, a paciente foi denunciada por infração aos arts. 16 e 17 da Lei nº 10.826/03, c.c. arts.

29 e 69 do CP (fls. 32/73) Com efeito, em um primeiro olhar, a

decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva apresenta fundamentação válida (fls.

115/116). Há indícios de que a paciente teria ocultado e comercializado fuzis militares que eram de propriedade de seu falecido marido. Pelo teor das mensagens extrai-se, ainda, que a paciente possui uma vasta rede de contatos com integrantes de organização criminosa, que a auxiliaram na prática dos delitos. Ademais, consta que DANIELA também está sendo processada por associação para o tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

Desse modo, a princípio, não se verifica constrangimento ilegal na manutenção da prisão preventiva para a garantia da ordem pública e para a conveniência da instrução processual.

Por ora, o pedido de prisão domiciliar para viabilizar os cuidados do filho de 05 anos de idade (fls. 103), também não merece ser acolhido, pois segundo a manifestação do Ministério Público em 1º Grau: "consoante estudo social do Conselho Tutelar de Guarulhos produzido nos autos principais anteriores (fls. 1385/1386), embora as diversas tentativas de visitação, a família não estava em casa e, mesmo recebida notificação pela portaria do prédio, não houve retorno. Restou impossibilitada, pela desídia da família, a realização de Estudo Social com o infante A.C. Inviável, assim, apesar das tentativas do Estado Juiz, verificar-se se o menor carece de outros cuidados que não aqueles prestados pelos familiares soltos, entre os quais estão dois irmãos maiores de idade, bem como a avó materna, amplamente referida no feito original, Terezinha Furquim" (fls. 113). Assim, não ficou comprovado, de plano, que a criança esteja desassistida, devendo tal questão ser apreciada em toda sua extensão, no mérito do writ, pela Turma Julgadora" (e-STJ, fls. 150-151).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*, nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator